

EXPRESSO

ADUR

23

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 23 – 16/06/2004 – www.adur-rj.org.br

GOVERNO ENVIA CARTA DE ENTENDIMENTO QUE BUSCA ESTABELECE PARÂMETROS PARA A NEGOCIAÇÃO / SETOR ESTÁ REUNIDO EM BRASÍLIA / HOJE O MOVIMENTO REALIZA ATO NA CAPITAL

SETOR SE REÚNE EM 05.06 E DISCUTE IMPASSE

Pela Circular Nº 201/2004, de 8 de maio, a Diretoria do ANDES deu os informes e fez uma avaliação da reunião do Setor das IFES, ocorrida em 05.06:

“Em nossas inúmeras tentativas de negociação com o governo, não obtivemos qualquer resultado concreto, a não ser uma proposta apresentada com ares de ultimatum, que o Movimento Docente considerou inaceitável. Como indicadores positivos, até o momento, registram-se o anúncio pelo MEC de sua posição favorável à incorporação das gratificações, o abandono das ameaças de tudo ou nada, caso não aceitássemos a proposta original, até 21 de maio, e a realização de audiências de 21/5 e 2/6 (esta última entre o MPOG, ANDES-SN e SINASEFE), nas quais os representantes governamentais finalmente sinalizaram com a possibilidade de abertura de negociações. No entanto, decorridos quase 20 dias, ainda não nos foi apresentada formalmente qualquer nova alternativa, o que pode denotar a intenção de testar ou esvaziar nossa disposição de negociação e capacidade de enfrentamento.

Nessas audiências, ficou clara a resistência do governo quanto à incorporação das gratificações em uma negociação específica com os docentes, por razões que incluem: a) o impacto financeiro; b) a determinação de que essa questão deveria ser tratada em conjunto com outras categorias que têm reivindicações semelhantes; c) o fato de que, na ótica governamental, o que está sendo oferecido atualmente é uma política de reajuste e que a incorporação, para alguns docentes, não traria nenhum ganho imediato. Também não seria possível o reajuste linear, reivindicação nossa que permitiria fazer com que todos tivessem algum aumento, porque, ao

concedê-lo, o governo se veria obrigado a estendê-lo a todo o conjunto dos servidores públicos. Portanto, a posição do governo era de que não havia outro caminho para resolver o problema do reajuste, a não ser alguma forma de gratificação. Por outro lado, questionados pelos diretores do ANDES-SN, os representantes do MPOG declararam-se, em ambas reuniões, contrários às gratificações produtivistas, e favoráveis, em princípio, à sua incorporação, compartilhando, nesse aspecto, a opinião do MEC. Recusavam-se a fazê-lo de imediato, pelas razões expostas, mas acreditavam possível assumir o compromisso de incorporação progressiva, segundo um calendário a ser negociado. Dispunham-se, também, a propor a substituição da GED e da GID por alguma nova gratificação que não tivesse os seus principais inconvenientes (aspectos produtivistas e discriminatórios). Nas duas reuniões, ficou absolutamente claro que os diretores do ANDES-SN não assumiriam nenhum compromisso com qualquer proposta, e que o processo de negociação que se iniciava teria que respeitar os prazos e procedimentos do Movimento Docente, cujas deliberações são sempre tomadas democraticamente. Até o momento, nada de concreto nos foi encaminhado.

Nesse contexto, e procurando evitar o desgaste de um impasse prolongado, com conseqüências desmobilizadoras, no qual dependeríamos da iniciativa do governo, com suas sucessivas protelações, a Diretoria resolveu propor ao sindicato a elaboração de uma contraproposta, com os seguintes fundamentos:

a) aceitação de uma gratificação emergencial, em substituição à GED e à GID. Temos sido

historicamente contrários a esse tipo de remuneração e lutamos por contracheques mais “limpos”. No entanto, para formular uma estratégia, não basta reforçar as posições que sempre defendemos, mas torna-se necessário indagar sobre as **razões** pelas quais as defendemos, para que não venhamos a fechar-nos em decisões meramente ritualísticas. E os principais motivos pelos quais o Movimento Docente sempre se opôs à GED e à GID têm sido os seguintes: 1º) são discriminatórias, principalmente em relação aos docentes aposentados e aos da carreira de 1º e 2º graus; 2º) são anti-isonômicas: instituem remuneração diferenciada para trabalho igual; 3º) são produtivistas e significam uma forma de remuneração arcaica, tradicionalmente usada em detrimento dos trabalhadores; 4º) rompem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com incentivo apenas à primeira dessas atividades; 5º) representam um componente instável da remuneração que, em princípio, pode ser retirado, e que, depois da PEC nº 41, gera incertezas em relação à aposentadoria.

Dentre os inconvenientes acima arrolados, os quatro primeiros desaparecem automaticamente se GED e GID forem substituídas por uma gratificação não produtivista. Permanece apenas o último, mesmo assim, da forma atenuada. Não sabemos quais desdobramentos terá a PEC Nº 41 em relação à legislação ordinária posterior, mas, em qualquer situação, é, em princípio, mais fácil transferir para os aposentados uma gratificação não-produtivista (pro-labore faciendo) do que uma que varie em função da avaliação de desempenho (pro-labore facto). Mesmo assim, não nos parece que devamos correr o risco de permitir que se eternize a política de achatamento dos vencimentos básicos, razão pela qual torna-se necessário garantir;

b) incorporação dessa nova gratificação (assim como da GAE) aos vencimentos básicos. Dadas as dificuldades para que isso se faça de imediato, entende-se que se pode negociar um cronograma que permita diluir o seu impacto no tempo. Não ignoramos as dificuldades para garantir o

cumprimento de acordos por este e outros governos, e por essa razão não estamos propondo que se aceite uma mera declaração de intenções, mas que se reivindique a elaboração de uma norma legal que realmente possa proporcionar alguma segurança de que se cumprirá o acordo;

c) a nova gratificação não poderá estabelecer diferenciações entre docentes segundo a sua condição de ativos ou aposentados, nem entre as carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus. Não dependerá de avaliação de desempenho, e deverá variar apenas em função da titulação (e da situação na carreira, se o Movimento Docente achar conveniente);

d) reivindicamos que se garanta no mínimo o reajuste oferecido pelo governo a cada classe e nível da carreira, em sua proposta anterior.

Entendemos que, se essa proposta for viabilizada, teremos obtido um grande avanço, não tanto em relação a ganhos financeiros imediatos, mas no que diz respeito à superação de todo o cortejo de mazelas decorrentes da implantação das gratificações produtivistas. Sabemos que tem impacto financeiro bastante superior à oferecida pelo governo, que provavelmente resistirá a aceitá-la, dependendo do grau de pressão que consigamos exercer.

Consideramos que existem melhores condições para viabilizá-la do que para obter um acordo com referência à proposta original (incorporação imediata das gratificações mais reajuste linear), que se revela dificilmente compatível com uma negociação específica. Precisamos ter a exata compreensão de que o montante dos valores destinados pelo governo a um acordo com o ANDES-SN (e, portanto, a magnitude do reajuste) dependerá, em relação quase unilinear, de nossa capacidade de luta.

Segue anexo o relatório completo da Reunião do Setor das IFES, realizada em 5/6, na qual foi aprovado encaminhar para as assembleias gerais, por indicação da Diretoria do ANDES-SN, uma contraproposta dos docentes das IFES a ser apresentada ao MPOG como forma de exigir do governo uma efetiva negociação.”

Os Encaminhamentos aprovados da Reunião do Setor das IFES (de 05.06) foram:

Considerando (aprovado com 3 abstenções):

- que o ANDES-SN vem ao longo dos últimos meses se dispondo, incansavelmente, a negociar com o governo, junto com os demais servidores públicos federais, as reivindicações salariais, conforme deliberações das bases do Movimento Docente;
- que a proposta inicialmente apresentada pelo governo na MNNP foi rejeitada pela grande maioria das AGs dos docentes das IFES;
- que o governo alcançou seu objetivo de desarticular a greve unificada dos SPF e estabelecer negociações em separado com as diferentes categorias;
- que o MEC se declarou favorável às reivindicações dos docentes de incorporação das gratificações;
- o recuo do governo, retirando o ultimato anteriormente apresentado aos docentes e

sinalizando para a possibilidade de apresentação de uma nova proposta (embora não tenha ainda formalizado por escrito);

- a recusa intransigente do governo em incorporar neste momento as gratificações,

I. A reunião do Setor das IFES remete para as assembleias gerais das Seções Sindicais do ANDES-SN, para avaliação e deliberação, as seguintes propostas:

1 – O ANDES-SN deve apresentar ao governo uma proposta alternativa para negociação (18 votos favoráveis, 3 contrários, 1 abstenção)

1.1 Proposta alternativa

a) Extinção da GED/GID e criação de gratificação emergencial não- produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho), garantida também aos aposentados, que respeite os seguintes princípios (17 favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção):

- paridade entre ativos e aposentados;
- isonomia entre os docentes do magistério superior e os de primeiro e segundo graus;
- extensão aos professores substitutos (18 favoráveis, 1 contrário, 2 abstenções).

b) Calendário para incorporação das gratificações - GAE e nova gratificação não-produtivista; (19 votos favoráveis, 1 contrário e 3 abstenções)

c) A proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio. (Aprovado com 3 abstenções)

2 – Indicativo de greve com data a ser fixada na próxima reunião do setor das IFES.

(10 votos favoráveis a fixar a data da greve somente na próxima reunião, 1 voto favorável a fixar a data nesta reunião, 8 abstenções. Registram-se, por solicitação dos delegados, as seguintes abstenções: Adufmat, Apubh, Aprofurg, Adufpi, Adufrgs).

Declaração de voto: Abstenção na votação quanto à data do indicativo de greve, pelo fato de que a AG da ADUFF deliberou contrariamente ao mesmo. Paulo Cresciulo - ADUFF

II – CALENDÁRIO

1. Rodada de AG, preferencialmente, entre 7 e 11 de junho (aprovado por unanimidade).
2. Organização de Ato-vigília no MEC reforçando a audiência marcada com o Ministro para o dia 14 de junho.
 - Recomendação: promover manifestação, em 14/6, com distribuição de bananas. Essa manifestação tem como objetivo mostrar à sociedade a “banana” que o governo tem dado para a educação. (aprovado com 4 votos contrários e 7 abstenções);
3. Reunião do Setor das IFES, dia 15 de junho (14 votos favoráveis e 3 abstenções).
4. Participação no ato *contra reforma sindical e trabalhista de Lula e FMI*, dia 16 de junho (aprovado com 2 abstenções);

III. Instalação e manutenção das Assembleias Gerais Permanentes.

IV. Intensificação de debates nas Seções Sindicais relacionando os temas política salarial, reforma universitária e condições objetivas de trabalho e de funcionamento das instituições de ensino superior (aprovado por unanimidade).

V. A diretoria do ANDES-SN deve elaborar e divulgar uma nota pública para que o STF seja independente no processo de julgamento da inconstitucionalidade da taxação dos inativos. (Aprovada por unanimidade)

VI. Moção de protesto: (Aprovada por unanimidade)

Frente à retenção, pela reitoria da USP, das mensalidades dos sindicalizados da ADUSP e do SINTUSP, descontadas em folha de pagamento, como represália à greve dirigida em conjunto por essas entidades com os trabalhadores técnicos-administrativos e docentes da UNESP e UNICAMP, a plenária do setor das IFES do ANDES-SN exige da reitoria da USP o imediato repasse do dinheiro que pertence àquelas entidades.

GOVERNO TENTA ESTABELEECER “PARÂMETROS” DE NEGOCIAÇÃO

Em 8 de maio, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG agendou, por telefone, reunião com o ANDES-SN e o SINASEFE, para o dia 9/6 às 17h. Enviou também correspondência, encaminhando uma “Proposta de documento que estabelece parâmetros para a negociação”.

De acordo com a Diretoria do ANDES, esse ofício continha um parágrafo com redação inadequada, que poderia dar margem à interpretação de que o ANDES-SN teria apresentado uma proposta ao

governo. Contactado por telefone, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Dr. Sérgio Mendonça, dispôs-se a enviar nova correspondência, que afastasse esse tipo de interpretação.

ANDES SE REÚNE COM MPOG

Em 09 de junho, foi realizada nova reunião entre ANDES-SN, SINASEFE e SRH/MPOG. O relato está na Circular nº 210/2004:

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO ANDES-SN, SINASEFE e SRH/MPOG

Brasília, 9 de junho de 2004.

Presentes: Luiz Carlos Lucas, José Domingues Godoy, Cristina Miranda e Almir Menezes, pelo ANDES-SN; Márcio Antônio de Oliveira, como observador da diretoria eleita para o ANDES-SN; William, Maurício, Ana Velasque e Pacheco, pelo SINASEFE; Sérgio Mendonça (Secretário de Recursos Humanos – MPOG), e Vladimir Nepomuceno, Ronald Carvalho, Gleison, Marilene Ferrari Lucas (também pelo governo).

A reunião foi aberta pelo Secretário de Recursos Humanos – MPOG, Sérgio Mendonça, manifestando a expectativa do MPOG de que estaria em pauta nesta reunião a “carta de entendimento” proposta pelo governo e remetida ao ANDES-SN e SINASEFE no dia anterior. Recuperou a discussão da última reunião, reafirmando a disposição do governo de extinguir a GED/GID e criar uma nova gratificação, paritária, isonômica e não vinculada à avaliação de desempenho, como forma de reajuste para os docentes o MEC já havia manifestado oficialmente posição favorável a tal encaminhamento.

O representante do ANDES-SN, Luiz Carlos Lucas, solicitou que as reuniões fossem registradas em ata. Na seqüência, solicitou a retificação do ofício enviado pelo MPOG, que dava margem à interpretação de que o ANDES-SN haveria apresentado algum tipo de proposta ao governo.

O Secretário respondeu prontamente às solicitações, informando que o ofício retificado já havia sido remetido ao ANDES-SN.

O representante do ANDES-SN passou então a apresentar as considerações sobre o documento proposto pelo governo – carta de entendimento.

1. Não manifestava a intenção de extinção de GED/GID e criação de nova gratificação.
2. Não manifestava intenção de uma proposta

isonômica entre docentes da carreira de 1º e 2º graus e docentes da carreira do ensino superior.

3. Não manifestava intenção de incorporar os substitutos na proposta.

4. Manifestava dubiedade na intenção de uma proposta paritária quando, no item “c”, apontava para discussão de diferenciação entre ativos e aposentados na negociação de diretrizes de carreira.

5. Fechava o valor a ser utilizado, não deixando possibilidade de adoção de um valor maior do que o anteriormente proposto.

6. Não manifestava intenção de incorporação das gratificações futuramente.

Os representantes do governo esclareceram que não há desacordo dessa secretaria quanto aos pontos questionados e manifestou, mais uma vez, a disposição desta, assim como a posição já oficial do MEC, de extinguir as gratificações produtivistas e criar nova gratificação, afirmando que em uma reunião que envolveu SESU, SEMTEC, Secretaria Executiva do MEC e SRH/MPOG já havia sido deliberado por posição favorável a esta construção. Na seqüência, esclareceram que o governo trabalha com a estimativa de dois documentos diferentes: uma “carta de entendimento”, que apresente os pressupostos para iniciar a negociação de uma proposta e um “termo de acordo”, documento final da negociação, já contendo uma proposta final formulada. O texto sobre a extinção da GED/GID deverá estar contido no documento final (termo de acordo), visto que esta é uma proposta formulada e não um pressuposto a ser trabalhado. A fim de que não haja dúvidas quanto à disposição da SRH, o Secretário Sérgio Mendonça comprometeu-se a incluir no texto da memória da reunião (ata) a explicitação sobre a extinção da GID/GED.

Em relação a extensão da proposta de reajuste (nova gratificação) aos docentes substitutos, o

representante da SRH afirmou que não seria possível nesta negociação, visto que o pagamento dos substitutos sai do orçamento do custeio e não do recursos humanos, e que, portanto, esta negociação deveria ser feita em Mesa Setorial, com o MEC e não com o MPOG.

Os representantes das entidades insistiram na avaliação de que o documento apresentado pelo governo omitia pressupostos importantes sinalizados na reunião anterior como, por exemplo, o princípio da isonomia e ainda a possibilidade de aumento do montante dos recursos na proposta a ser apresentada pelo governo.

Após debate nesse sentido, o governo se comprometeu a apresentar uma nova minuta da “carta”, numa próxima reunião, agendada para sexta-feira, dia 11 de junho, com as devidas correções (inclusão do

princípio da isonomia, da possibilidade do montante do dinheiro a ser utilizado na negociação ser maior que o utilizado na proposta anterior e supressão do item “c”).

Diante dos questionamentos das entidades quanto ao prazo para envio ao Congresso, de Projeto de Lei instituindo as alterações da GED/GID, os representantes do governo esclareceram que a legislação eleitoral não influenciará o processo de negociação, visto que a eleição em questão é municipal e o reajuste a ser discutido é de âmbito federal.

Ficou agendada nova reunião para sexta-feira dia 11 para apreciação de novo texto da “carta de entendimento” e outra no dia 16/6 para apresentação de simulações de proposta.

Diretoria do ANDES-SN

MPOG RETIFICA OFÍCIO

Em 15 de junho a ADUR recebeu a Circular N° 214/2004, da Diretoria do ANDES, encaminhando o documento proposto (e retificado) pela SRH/MPOG, contendo os parâmetros para balizar a negociação com ANDES-SN e SINASEFE. Este foi apresentado para avaliação das Seções Sindicais na reunião do Setor das IFES, no próprio dia 15/6/04:

“ CARTA DE ENTENDIMENTO

Estabelece parâmetros para a negociação a ser realizada entre a MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – MNNP, do Governo Federal, o SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – ANDES e o SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL – SINASEFE, relativa à revisão remuneratória dos docentes do ensino superior e do primeiro e segundo graus.

Pelo presente termo firmado entre a Bancada Governamental da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Governo Federal, neste ato representada pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, representados pelos seus Presidentes, respectivamente os Srs. e....., têm por justos e acertado os seguintes parâmetros para balizar as negociações entre as destinadas, no exercício de 2004, à revisão remuneratória dos docentes federais do ensino superior e do primeiro e segundo graus, a saber:

- a) não poderão ser adotados critérios de revisão condicionados à avaliação de desempenho do servidor;
- b) os servidores aposentados e pensionistas terão nesta negociação, no mínimo, o mesmo tratamento dispensado aos servidores em atividade, sejam docentes do ensino superior ou de primeiro e segundo graus;
- c) deverá ter caráter de antecipação da reestruturação das carreiras atinentes aos servidores abrangidos por este documento;
- d) terá por pressuposto o montante de recursos previstos para o pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência – GID e da Gratificação de Estímulo à Docência – GED, no exercício de 2004, acrescido daqueles estimados para a revisão remuneratória dos docentes do ensino superior e de primeiro e segundo graus; e

- e) observados os limites orçamentários previstos na letra "d" anterior, objetivará atingir a revisão na remuneração dos docentes de no mínimo 9,3% (nove vírgula três por cento).

Brasília, 2 de junho de 2004."

ANDES-SN realiza audiência COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Presentes:

Pelo MEC: Ministro Tarso Genro, Fernando Haddad (Secretário Executivo), Jairo Jorge da Silva (Secretário Executivo Adjunto)

Pelo ANDES-SN: Prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Prof. Luiz Antônio de Andrade (Tato) e Profª Marina Barbosa Pinto (observadora).

A reunião se iniciou com a exposição, pelo ANDES-SN, sobre o andamento das negociações junto ao MPOG, com registro das sucessivas protelações, por parte desse ministério, do cumprimento do compromisso de apresentar uma proposta concreta para apreciação pelo sindicato. O Ministro Tarso Genro informou que a substituição da GED e da GID por uma gratificação não-produtivista nem discriminatória, a ser considerada como uma etapa para a incorporação aos vencimentos básicos, foi defendida pelo MEC junto ao governo, que concordou com a proposta. Afirmou que o Ministério irá procurar agilizar as negociações e solicitou que o sindicato lhe envie um memorando sobre o seu andamento.

Foram também discutidas duas pendências da reunião do dia 9 no MPOG: cronograma de incorporação e extensão da nova gratificação aos substitutos. Em relação ao primeiro desses temas, que naquela reunião não nos parecera resolvido no âmbito do governo, o Ministro manifestou sua posição favorável, dizendo entender que não haveria fortes obstáculos para que fosse elaborada uma proposta nesse sentido e se mostrou disposto a apoiá-la.

Quanto à extensão da nova gratificação aos professores substitutos, lembramos que a posição do MPOG era de que essa questão deveria ser tratada na Mesa Setorial da Educação, uma vez que os recursos para o pagamento dos docentes que se encontram nessa situação não provêm da rubrica de pessoal, e sim de OCC. Afirmou o Secretário Executivo que as verbas para OCC já estavam destinadas a programas e atividades que dificilmente poderiam sofrer cortes. Que seria necessário um acréscimo de recursos, e que entendia que os valores disponíveis para o reajuste salarial poderiam ser em parte destinados a essa finalidade. Obviamente, isso recolocaria a questão na órbita do MPOG. Não houve, portanto, nenhum avanço nesse tema, embora a questão não tenha sido fechada. Consideramos que a possibilidade de encontrar uma solução satisfatória dependerá fundamentalmente de nossa capacidade de pressão, que deverá ser exercida, também, junto ao Parlamento.

Antes de encerrar-se a reunião, tanto os representantes do governo quanto os do sindicato reiteraram sua disposição para o diálogo. Declarou o Ministro que divergências porventura existentes deverão ser tratadas democraticamente, mas enfatizou que também existem concordâncias diante de questões fundamentais como a defesa da universidade pública.

ADUR-RJ S.Sindical CONVOCAÇÃO

A Diretoria da ADUR-RJ S.Sind. convoca todos dos seus filiados para a reunião da **ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE** a realizar-se na **terça-feira – 22.06.2004 – às 09:00h, no Gustavão.**